



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL** do Município de Santa Cruz da Baixa Verde, Estado de Pernambuco, torna público que, por meio do seu Agente de Contratação e da equipe de apoio, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de **Menor Preço Global**, na hipótese estabelecida no Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, subsidiada pelas regras operacionais da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, do Decreto Municipal pertinente e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 17/06/2026**

Link: <http://licitar.digital>

**Horário da Fase de Lances: 08h00 às 14h00**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. Constitui objeto do presente processo de contratação direta a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de **serviços comuns de engenharia** voltados à concepção técnica, cálculo estrutural, produção, fornecimento de materiais, transporte, montagem com respectiva ancoragem, manutenção operacional preventiva e corretiva, desmontagem e retirada de estruturas temporárias de ambientação cenográfica e decoração temática junina em espaços públicos do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, durante o período dos festejos juninos oficiais, consoante descrição minudenciada no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e demais anexos.

1.2. O objeto da contratação está distribuído de forma unificada em lote global único, composto pelas especificações e estimativas abaixo discriminadas:

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOAL
1	Pórtico de entrada temático junino 'Vila São João', confeccionado em estrutura metálica e/ou madeira reforçada, revestido com chapas, compensado, MDF ou material equivalente, contendo duas laterais simulando fachadas de casas nordestinas medindo aproximadamente 3,00 m de altura por 1,20 m de largura cada, arco superior medindo aproximadamente 5,60 m de largura total, acabamento artístico com pintura temática junina, aplicação de letreiro 'Vila São João', incluindo transporte, montagem, fixação e desmontagem.	Und	1	1.583,33	1.583,33
2	Casas cenográficas decorativas para vila junina, medindo aproximadamente 2,20 m de largura por 3,00 m de altura, com pintura artística temática, acabamento colorido e elementos decorativos característicos de festas juninas, incluindo montagem e desmontagem.	Und	6	11.610,79	69.664,74



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

3	Painel cenográfico tridimensional tipo sanfona gigante, reproduzindo instrumento musical. Estrutura confeccionada conforme dimensões de croqui técnico: 6,00 m de comprimento, altura variando entre 2,20 m e 3,50 m, e profundidade lateral de 2,50 m. Acabamento reforçado com pintura artística temática e estruturação autoportante, incluindo montagem e desmontagem.	Und	1	3.189,62	3.189,62
4	Luminária cenográfica temática junina iluminada de chão, medindo entre 2,00 m e 2,50 m de altura total, 0,60 m de largura de base, estrutura inferior retangular e cúpula com até 1,85 m de diâmetro. Contém iluminação interna em LED e acabamento decorativo.	Und	10	383,89	3.838,90
5	Boneco cenográfico temático junino, representando personagens típicos juninos, medindo aproximadamente 1,95 m de altura por 1,39 m de largura, com pintura artística e acabamento resistente.	Und	2	1.106,00	2.212,00
6	Poço cenográfico decorativo temático, medindo 2,00 m de altura, com acabamento artístico e pintura temática junina.	Und	1	1.096,50	1.096,50
7	Banco do namoro cenográfico, medindo 2,60 m de largura por 2,50 m de altura, com elementos decorativos temáticos juninos.	Und	1	1.042,54	1.042,54
8	Oratório cenográfico temático com três santos, medindo 5,60 m de largura por 2,20 m de altura, contendo nichos decorativos e acabamento artístico.	Und	1	1.359,73	1.359,73
9	Fogueira cenográfica iluminada com efeito de chama, medindo 4,00 m de altura por 2,00 m de largura, contendo sistema de iluminação LED com efeito visual de fogo.	Und	1	1.327,00	1.327,00
10	Cordão de iluminação decorativa para ambientação junina, composto por 120 lâmpadas de LED, incluindo instalação completa.	Conj.	1	437,47	437,47
11	Bandeirolas decorativas para ornamentação junina, confeccionadas em material resistente, incluindo fornecimento, instalação e retirada.	M²/Conj.	100	16,02	1.602,00
12	Ambientação cenográfica complementar da Vila Junina, composta por elementos decorativos, acabamento, revestimentos, pintura artística e integração dos cenários instalados.	Serviço	1	5.163,45	5.163,45
13	Fachada cenográfica simulando Igreja Matriz, confeccionada em estrutura rígida (madeira, MDF ou equivalente), com base autoportante. Estrutura contendo torre central, porta com arco em relevo, janelas circulares/retangulares e telhado cenográfico. Acabamento em pintura artística com delineamento de bordas (padrão branco e azul), incluindo iluminação cênica de destaque, transporte, montagem e fixação.	Und	1	2.010,33	2.010,33
14	Escultura cenográfica luminosa representando casal de personagens juninos dançando, confeccionada em estrutura metálica aramada modelada. Peça integralmente contornada e preenchida por mangueiras e/ou fitas de LED de alta luminosidade em cores variadas, adequadas para uso externo (IP65 ou superior), incluindo suportes de fixação no solo e cabeamento elétrico.	Conj.	1	2.732,81	2.732,81
15	Casa palco cenográfica, estruturada com dimensões de 4,00 m de largura por 4,00 m de profundidade,	Und	1	5.423,04	5.423,04



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

altura lateral de 2,50 m e pé-direito central (cumeeira) de 3,00 m. Revestimento externo integral em tecido com padronagem temática junina (chita ou similar), incluindo estrutura de suporte, montagem, fixação e desmontagem.				
<b>VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO</b>				<b>102.683,46</b>

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço Global do Lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e demais anexos quanto às especificações rigorosas e normas de engenharia do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá obrigatoriamente mediante o Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, integrado ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica para regular acesso ao sistema e operacionalização de seus lances.

2.3. O fornecedor é o exclusivo responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu preposto no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha ou desconexões, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que se enquadrem nas seguintes vedações:
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

- g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.4.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

---

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica dar-se-á com o cadastramento de sua proposta inicial em lote global no sistema, contendo a descrição da solução executiva e o preço global ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2. A proposta eletrônica deverá conter obrigatoriamente a declaração expressa de que o fornecedor compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações técnicas da solução executiva contidas na proposta, em especial o preço integral, vinculam juridicamente a Contratada. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos decorativos, fiações, locações de guindautos, taxas de ART/RRT, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários,



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva e inafastável responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração ou majoração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto técnico, ressalvado o direito ao reequilíbrio nas estritas hipóteses da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A cotação das empresas deverá prever os tributos incidentes na forma da legislação em vigor, ficando ciente de que, no momento do pagamento por parte da tesouraria municipal, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos nas normas tributárias aplicáveis.

3.6. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la após o início da sessão pública. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar 'sim' ou 'não' em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações obrigatórias:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.7. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso), caso a funcionalidade já esteja disponível no sistema eletrônico.

3.8. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.1.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.1.3 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

---

4.1 A partir das 08h00 da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE ÚNICO.

4.2.2 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.2.3 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.2.4 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

4.3 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

---

5.1 Encerrada a fase de lances, o Agente de Contratação verificará a conformidade técnica da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação integral do objeto e à compatibilidade do preço global em relação ao teto orçamentário estipulado para a contratação R\$ 102.683,46 (cento e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

5.2 No caso de o preço da melhor proposta eletrônica classificada permanecer acima do valor máximo estimado pela Administração, o Agente de Contratação poderá realizar negociação direta através do 'chat' do sistema para obtenção de condições financeiras mais vantajosas ao erário municipal.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3 O prazo de validade da proposta comercial adequada ao lance vencedor não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação no sistema. Será desclassificada a proposta vencedora que contiver vícios insanáveis, apresentar preços globais flagrantemente inexequíveis ou que permanecerem acima do preço de referência da contratação após esgotada a fase de negociação.

5.4 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

5.7 Considerar-se-á inexecutável a proposta de preços que for manifestamente insuficiente para a cobertura dos custos reais da contratação de engenharia cenográfica, apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os salários de mercado, insumos elétricos e locações metálicas, ou que apresentar valores inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório (leis e convenções coletivas de trabalho vigentes).

5.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9 Erros formais no preenchimento de planilhas de custos ou indicação equivocada do Simples Nacional não constituem motivo automático para a desclassificação imediata da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo assinalado pelo Agente no sistema, desde que não haja majoração do preço global final e que o ajuste se limite a sanar falhas que não alterem a substância técnica da proposta.

5.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

---

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, constam deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação realizará consulta consolidada aos cadastros de sanções (CEIS, CNEPs, TCU, TCE/PE) para certificar a inexistência de penalidades impeditivas de licitar ou contratar com o Poder Público.

6.3 O fornecedor vencedor será convocado para anexar no sistema os seguintes documentos vigentes:

6.3.1 Habilitação Jurídica





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

- a) **Pessoa Física:** Cédula de identidade (RG) ou documento oficial equivalente com validade nacional;
- b) **Empresário Individual:** Inscrição regular no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microentreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- d) **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU):** Inscrição regular do ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado perante a Junta Comercial da sede, acompanhado de documento comprobatório de eleição de seus administradores;
- e) **Sociedade Cooperativa:** Ata de fundação, estatuto social com ata de aprovação arquivado na Junta Comercial e o comprovante de registro de que trata o Art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

**6.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista, contemplando:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Fornecimento - FGTS;
- f) Prova de regularidade com a justiça do trabalho;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.3.3 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**6.3.4** Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

**6.3.5** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**6.3.6** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**6.3.7** Comprovação de inexistência, nas instâncias de 1º e 2º Grau, concernente a processos de falência, concordata ou recuperação judicial, mediante a apresentação de



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

certidão. Nos casos de empresas sediadas no estado de Pernambuco, apresentar certidões na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tpe.

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- b) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

6.3.8 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.3.9 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

6.3.10 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

#### 6.3.11 6.8. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentação de no mínimo 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica (ACT)**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços de engenharia cenográfica, montagens de estruturas temporárias de eventos, vilas decorativas ou pórticos urbanos compatíveis em porte e características técnicas com o objeto deste certame;
- b) Comprovação de registro ou inscrição regular da empresa licitante e de seu Responsável Técnico (Engenheiro Civil, Arquiteto ou Engenheiro Eletricista responsável) perante o respectivo conselho profissional regional competente (CREA ou CAU), acompanhado de certidão de regularidade de débitos emitida pelo conselho;

6.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 6.5 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.5.1 Os licitantes que invocarem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na proposta comercial feita no sistema do banco provedor no período de acolhimento de propostas, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, além da documentação prevista nos itens que tratam da habilitação, os seguintes documentos:

- a) Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do § 4º. do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.
- b) Certidão expedida pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório),



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

6.6 Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o(a) Pregoeiro (a) considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Pernambuco e no Município de Santa Cruz da Baixa Verde, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente;

6.7 A não apresentação de qualquer documento citado no presente instrumento convocatório constituirá motivo de inabilitação da empresa licitante.

6.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

- a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e
- b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. REGRAS DE TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

---

7.1 Sendo o valor total estimado superior a R\$ 80.000,00, a presente contratação ocorre em modalidade de ampla concorrência, aplicando-se de forma obrigatória os privilégios legais da Lei Complementar nº 123/2006, consistentes no **Direito de Preferência no Empate Ficcional (Art. 44 e 45)** caso a proposta final eletrônica de uma ME/EPP classificada em posições subsequentes seja de até 5% superior à melhor proposta (desde que a primeira colocada não seja ME/EPP) e na concessão de prazo de 05 (cinco) dias



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

úteis prorrogáveis para **Regularização Fiscal e Trabalhista Tardia (Art. 42 e 43)** a contar do momento da declaração de vencedora, sob pena de decadência do direito.

## **8. CONTRATAÇÃO**

---

8.1 Após os atos de regular julgamento, habilitação, homologação e adjudicação por parte da autoridade competente, o licitante vitorioso será convocado formalmente para assinar o Termo de Contrato Administrativo ou retirar a Nota de Empenho Orçamentário substitutiva no prazo peremptório de **05 (cinco) dias úteis**, contados de sua convocação no sistema LICITANETE.

8.1.1 O prazo previsto para a aceitação da nota de empenho poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.2 O aceite ou assinatura implica a vinculação irrestrita da empresa às condições de sua proposta econômica final, às obrigações técnicas estipuladas no Termo de Referência de engenharia cenográfica e às cláusulas da minuta contratual anexa, reconhecendo as prerrogativas de rescisão unilateral da Administração nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 O prazo de execução do objeto será o que estabelece o Termo de Referência, contados do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.

8.4 Na aceitação da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante o período de fornecimento.

## **9. SANÇÕES**

---

9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

9.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

b) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

2.5.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

a) as peculiaridades do caso concreto;

b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

c) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

10.1 O procedimento será divulgado no <<http://licitar.digital>> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

- a) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3 As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

10.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência - Processo de Contratação e seus Anexos: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA, O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, O TERMO DE REFERÊNCIA.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, 10 de Junho de 2026  
**ISMAEL QUINTINO LEITE** Assinado de forma digital por  
DE ISMAEL QUINTINO LEITE DE  
SOUSA:90471865320  
SOUSA:90471865320 Dados: 2026.06.10 16:32:21 -03'00'

**ISMAEL QUINTINO LEITE DE SOUSA**  
Prefeito



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE  
CNPJ: 35.445.485/0001-01

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026  
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026  
CONTRATO Nº ...../ 2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA  
BAIXA VERDE E A EMPRESA.....,  
PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICAM.

Aos ..... dias do mês de ....., O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede à Praça XXXXX, XX, XXXXX, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CEP: XXXXXXXX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu/sua representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), residente e domiciliado(a) na Rua XXXXXXXXX, nº XX, Bairro XXXXXXXX – SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE, CEP: XXXXX-XXX, portador(a) do RG nº. XXXXXXXXX SDS/PE, e do CPF nº XXXXXXXXX, e do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_ inscrita CNPJ/NP sob o nº \_\_\_\_\_, doravante aqui denominada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_ inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº ....., tendo em vista o que consta do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026**, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais pertinentes, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços comuns de engenharia** voltados à concepção técnica, cálculo estrutural, produção, fornecimento de materiais, transporte, montagem com respectiva ancoragem, manutenção operacional preventiva e corretiva, desmontagem e retirada de estruturas temporárias de ambientação cenográfica e decoração temática junina em espaços públicos do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, durante o período dos festejos juninos oficiais, sob o regime de execução por **Empreitada por Preço Global**, em estrita harmonia com as quantidades, descrições detalhadas e exigências técnicas consolidadas no Termo de Referência

DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Aviso de Dispensa;





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

1.3.3. A Proposta da Contratada;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência técnica e contratual do presente instrumento será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura por representantes das partes, podendo sua vigência ser prorrogada nos termos autorizados pelo Art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será prorrogado automaticamente, independentemente da celebração imediata de termo aditivo, quando o objeto físico de desmontagem e destinação ambiental final de resíduos não for concluído no período firmado por motivos alheios à vontade das partes, ressalvadas as providências administrativas e sancionatórias aplicáveis no caso de atraso culposo ou doloso exclusivo da Contratada

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR POR ÍTEM**

3.1 – O valor por item do presente contrato é de R\$ .....

3.2 – O preço será fixo e irrevogável.

3.3 – No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, cargas e descargas, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao fornecimento, bem como garantia, quando for o caso.

**3.4 – Da forma de pagamento**

3.4.1 No preço contratado fechado já estão inclusos de forma definitiva todos os custos operacionais diretos e indiretos, fornecimentos de madeiras, cabos blindados, lâmpadas LED, garras, custos com montadores práticos, engenheiros residentes, transportes por guindauto, fretes logísticos, seguros de acidentes, taxas de ART/RRT do CREA/CAU, impostos federais, estaduais e municipais, encargos sociais e trabalhistas incidentes.

3.4.2. Os pagamentos financeiros serão processados eletronicamente por meio de crédito bancário na conta corrente indicada de titularidade da empresa contratada, em até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da emissão do termo de Recebimento Definitivo da nota fiscal fatura devidamente atestada e chancelada pela comissão de fiscalização (Lei nº 14.133/2021, art. 92, § 2º, inciso V).

3.4.3. A retenção do Imposto de Renda na fonte será operacionalizada de acordo com as alíquotas estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e normativas internas municipais aplicáveis.

3.4.4. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão informar expressamente dita condição contábil nos documentos fiscais emitidos para fruição das regras de isenção de retenções correlatas, de acordo com o Art. 4º da citada IN.

**3.5. Condições de pagamento**

3.5.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal de contrato da unidade gestora após a execução dos fornecimentos.

3.5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento, pela Secretaria de Finanças, relativo ao fornecimento prestado no mês anterior.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

3.5.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar os produtos solicitados.

3.5.4. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

3.5.5. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual adota a **Empreitada por Preço Global**. O acompanhamento, gestão ativa e fiscalização diária dos canteiros de serviço obedecerão de forma estrita às funções detalhadas no Termo de Referência, com base nos ditames do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.246/2022, distribuindo-se as atribuições entre o Fiscal Técnico (inspeção estrutural, amarrações e laudos), Fiscal Administrativo (controle de certidões, regularidade trabalhista e previdenciária da equipe operária) e Gestor do Contrato (coordenação geral, PAR, avaliações de desempenho contínuas e liquidação financeira).

4.2. O recebimento do objeto obedecerá rigorosamente às fases do Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, consistindo em **Recebimento Provisório** efetuado pelo fiscal técnico no encerramento físico das montagens das vilas cenográficas para verificação dimensional e estrutural, e **Recebimento Definitivo** efetuado pelo gestor em até 10 (dez) dias úteis subsequentes, mediante entrega obrigatória das ARTs/RRTs de execução registradas e laudos de isolamento de rede elétrica temporária.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 - As despesas com a aquisição decorrentes do presente contrato correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

19000.19001-13-392.5029-2.240-3.3.90.39

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES**

##### **6.1. Das obrigações da CONTRATADA**

6.1.1. Executar integralmente a prestação dos serviços comuns de engenharia cenográfica junina em estrito respeito aos padrões estéticos, memórias de cálculo de estabilidade e segurança determinados no TR;

6.1.2. Fornecer toda a mão de obra qualificada e insumos necessários, assumindo responsabilidade exclusiva pelos custos previdenciários e trabalhistas da equipe de montagem;

6.1.3. Obter e entregar à fiscalização municipal, previamente à inauguração das vilas juninas, as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitidas junto ao CREA/CAU para as estruturas temporárias e circuitos elétricos;

6.1.4. Reparar ou substituir imediatamente, às suas expensas, no prazo de até 48 horas da notificação formal, qualquer elemento cênico, tensionador de cabo de aço, poste temporário ou refletor LED IP65 que apresentar avaria ou risco elétrico;

6.1.5. Assumir responsabilidade civil objetiva por danos causados ao mobiliário urbano, praças ou a bens de terceiros decorrentes de falhas de parafusamentos ou ancoragens de suas peças cênicas;



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

6.1.5. Proibir o trabalho de menores na forma da legislação em vigor, manter a regularidade fiscal nas fases de medição e garantir destinação ecológica final para os resíduos sólidos gerados na desmontagem

**6.2. Das obrigações da CONTRATANTE**

6.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado.

6.2.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

6.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pela Contratada correspondente ao fornecimento do produto.

6.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, conforme as condições e limites permitidos por Lei:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução Do contrato tal como pactuado, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Somente após decorridos 12 (doze) meses deste marco temporal é que poderá haver a aplicação do reajuste, em estrita observância ao Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. O índice adotado para o reajuste dos preços será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, por ser o índice oficial de inflação do país e melhor refletir a variação de custos de serviços e bens de tecnologia.

7.2.2. Da Fórmula de Cálculo O cálculo do reajustamento obedecerá à seguinte fórmula matemática:

$$R = V \times (I_o - I) / I_o$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

$I_o$  = Índice inicial (referente à data do orçamento ou da proposta);

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

**7.3. Dos Procedimentos para Concessão**

7.3.1. O reajuste não é automático por decurso de prazo no sistema de pagamentos; ele deve ser formalmente solicitado pela Contratada ou aplicado de ofício pela Administração após a



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

verificação do direito.

7.3.2. O reajuste de preços (por índice) será formalizado por meio de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme o Art. 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. Caso o apostilamento ocorra após a data de aniversário do contrato, os efeitos financeiros retroagirão à data em que o direito foi adquirido (data-base).

**7.4. Das Exceções e Revisão (Reequilíbrio)**

7.4.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, serão tratados via Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão), mediante prova documental do desequilíbrio, independente do prazo de 12 meses (Art. 124, inciso II, alínea "d").

**CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 – É terminantemente vedada a subcontratação completa do objeto contratual ou da parcela principal de coordenação de engenharia e montagem estrutural cenográfica da Vila Junina. Admite-se a subcontratação parcial de atividades acessórias menores (ex.: fretes de transporte logístico, fornecimento secundário de insumos comuns de madeira), sob os estritos limites formais autorizados pela fiscalização municipal por escrito e nos termos do edital regulador.

**CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou instrumento equivalente;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(3) compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;

II – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

III – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

IV – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

V – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;

VI – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

VIII – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IX – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

X – utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XI – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIII – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XIV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de a Contratada enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVI – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

Nota Explicativa: É possível inserir hipóteses de multa e percentuais específicos para o fornecimento indicado, conforme detalhamento e especificidades indicadas no ETP ou TR, inclusive com periodicidade de atraso diferente do indicado no decreto (hora, quinzena, etc)

e) O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa:

9.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Cadastro de Fornecedores do Município.

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Decreto Municipal pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

valor inicial atualizado do contrato.

- I. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- II. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- III. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- IV. Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

11.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

12.1 – Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cruz da Baixa Verde/PE para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Cruz da Baixa Verde, ..... de ..... de 2026.

---

Contratante

---

Contratada





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**  
**CNPJ: 35.445.485/0001-01**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro – CEP:56.895-000 – Telefax: (87) 3846-8149 / 3846 8680 Santa Cruz  
Baixa Verde– PE

**TESTEMUNHAS:**

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_